
EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História A

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 623/2.ª Fase

15 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2014

VERSÃO 1

Página em branco

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Deve riscar aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

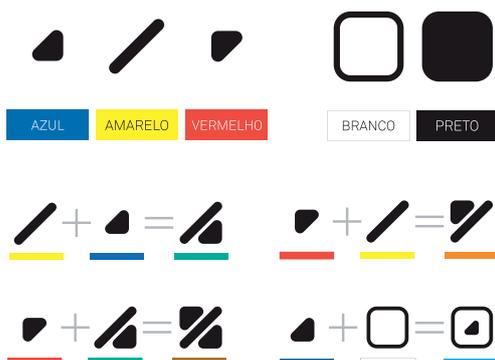
As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.



ColorADD

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO



GRUPO I

A ERA INDUSTRIAL: TRANSFORMAÇÕES NA EUROPA E NO MUNDO

Documento 1

O proprietário rural inglês Thomas William Coke,
pintura de Thomas Weaver (cerca de 1807)



Documento 2

Produção de hulha (1790-1913)
(em milhões de toneladas)

Ano \ País	Grã-Bretanha	EUA	Alemanha	França
1790	6	–	0,3	0,8
1820	12,5	–	1,5	1,1
1850	49	7	6,7	5
1880	149	83	47	19
1913	290	510	190	40

1. Refira, a partir dos documentos 1 e 2, três dos fatores que justificam o arranque industrial inglês.

2. Nomeie, a partir do documento 2, um dos sectores de arranque industrial na Grã-Bretanha.

3. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relativos ao movimento operário. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.
 - (A) Formação dos primeiros sindicatos na Grã-Bretanha e organização de greves.
 - (B) Criação da II Internacional (ou Internacional Operária e Socialista), em Paris.
 - (C) Destruição de máquinas pelos operários, num movimento não organizado de reação à exploração.
 - (D) Nascimento do operariado industrial, na Grã-Bretanha, na sequência do êxodo rural.
 - (E) Publicação do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, em Londres.

Identificação das fontes

Doc. 1 – In F. A. de La Rochefoucauld, *A Frenchman's Year in Suffolk: French impressions of Suffolk life in 1784*, Suffolk, Boydell Press, Woodbridge, 1988, p. 199 (adaptado) e www.bridgemanart.com/en-GB/explore/news/features/2011-Lon/Apri-11/historic-houses (consultado em 29/11/2013)

Doc. 2 – Jean-Pierre Rioux, *A Revolução Industrial*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1982, p. 110 (adaptado)

GRUPO II

PORTUGAL: DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL À REPÚBLICA

Discurso de Afonso Costa, deputado republicano, na Câmara dos Deputados

(20 de novembro de 1906)

1 As consequências [dos costumes e do estado da nossa administração], que o Sr. ministro
não quis denunciar-nos como devia, são bem [...] dolorosas: uma dívida pública de perto de
800 milhões de contos de réis*; uma dívida flutuante que vai até 72 milhões de contos de
5 réis; impostos que têm sempre aumentado, até quase quintuplicarem, de 1852 para cá; e, por
outro lado, o país sem instrução, nem exército, nem defesa das costas e das fronteiras, nem
marinha, nem auxílio aos operários, nem nada do que se pede e precisa, porque nem sequer
temos estradas, já que as existentes, que nos custaram dezenas de milhares de contos de
réis, destruiu-as a triste iniciativa e casmurrice do Sr. João Franco num dos seus ministérios
anteriores, não consentindo nas reparações necessárias, e inutilizando assim um importante
10 capital nacional que, pelo contrário, era mister valorizar e aumentar. [...]

Os costumes da administração deram nisto: o país à beira da ruína; o desgraçado
consumidor a braços com o imposto de consumo, que o leva à tuberculose e à miséria; o
contribuinte cada dia mais incapacitado de pagar as contribuições sempre crescentes; o
proprietário disposto a abandonar as suas terras [...].

15 Requeri [...] que me fossem enviados todos os esclarecimentos possíveis acerca dos
chamados «adiantamentos» à casa real. [...] O governo [...] recusou-se a dar qualquer informação
a este respeito; [...] o país está, não só profundamente alarmado, mas profundamente irritado e
resolutamente decidido a não consentir nos propósitos do governo a este respeito. [...]

Além do que está determinado na lei, isto é, 525 mil contos de réis por ano, nenhuma outra
20 quantia, qualquer que seja a sua denominação ou natureza, pode ser abonada à família real.
Se alguma foi abonada, [...] foi retirada fraudulentamente dos cofres do Estado. [...]

O arrependimento do rei ficou bem claro, afirmando, ainda antes de estar regularizada a
sua situação, ter restituído o que indevidamente recebeu [...].

A Nação ordena, e declara indispensável, que essas pessoas reponham as quantias
25 desviadas, com todos os juros, sem exceção de uma só verba [...]. E mais ordena o povo,
solenemente, que, logo que tudo esteja pago, diga o Sr. presidente do conselho ao rei:

– Retire-se, Senhor, saia do país, para não ter de entrar numa prisão, em nome da lei!
(*A agitação aumenta progressivamente. Todos os deputados estão de pé.*)

Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em
30 França, a cabeça de Luís XVI. (*Grande sussurro e agitação.*)

* 1 conto de réis = 1000 escudos (cerca de 5 euros).

Para responder a cada um dos itens de 1. a 4., selecione a opção correta.

Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

1. O sector rodoviário, «importante capital nacional que [...] era mister valorizar e aumentar» (linhas 9-10), foi uma prioridade para os governos do período do
 - (A) Fontismo.
 - (B) Setembrismo.
 - (C) Miguelismo.
 - (D) Vintismo.

2. Para a situação do país «à beira da ruína» (linha 11), criticada por Afonso Costa, contribuíram
 - (A) os fortes investimentos dos capitalistas portugueses nas empresas de grande dimensão.
 - (B) os fortes investimentos do Estado na construção de infraestruturas nas colónias.
 - (C) o desequilíbrio da balança comercial e o endividamento no período da Regeneração.
 - (D) a libertação da terra dos vínculos de carácter feudal e a extinção dos morgadios.

3. Segundo o autor, o país estava «não só profundamente alarmado, mas profundamente irritado» (linha 17), devido
 - (A) à repressão de destacados dirigentes do Partido Republicano, durante o governo de João Franco.
 - (B) à cedência portuguesa às exigências do Ultimato Britânico, no contexto das disputas coloniais.
 - (C) à agitação de rua e à ação subversiva de associações revolucionárias como a Carbonária.
 - (D) aos montantes destinados a cobrir os gastos da família real, à revelia do controlo parlamentar.

4. A ação política do Partido Republicano, que capitalizou a seu favor os efeitos da crise económica e dos «costumes da administração» (linha 11) na fase final da monarquia, caracterizava-se pela
 - (A) colaboração com os partidos Regenerador e Progressista e pela participação na alternância à frente do governo.
 - (B) realização de uma campanha assente nas críticas ao rei e na evocação das virtudes de figuras do passado.
 - (C) exaltação das qualidades do povo português e pela defesa de uma nova monarquia para o ressurgimento do país.
 - (D) mobilização popular e pela realização de grandes manifestações de rua, em apoio ao governo de João Franco.

Identificação da fonte

In www.arqnet.pt/portal/discursos/novembro04.html (consultado em 06/12/2013) (adaptado)

Página em branco

GRUPO III

A EUROPA OCIDENTAL E CENTRAL: DOS REGIMES TOTALITÁRIOS NA DÉCADA DE 1930 À PROCURA DA COOPERAÇÃO NO SEGUNDO PÓS-GUERRA

Documento 1

«O sonho do “Chico”» – um conto infantil português, na obra *O Canto da Mocidade* (1938)



Quando o pai morreu, deixou ao Chico toda a sua fortuna nessa pequena casinha branca rodeada duma horta bem cultivada [...]. Ao longe, no cimo da ermíndinha* singela, tocavam os sinos com suavidade... Chico, docemente, rezou a Ave-Maria [...].

[Anos mais tarde, já casado e com filhos, Francisco contava-lhes à hora da sesta:]

– A seguir àquela noite em que eu dissera ao tio Manuel querer ir para o Brasil, do que ele me demoveu logo, pensei em vir para o Alentejo. [...] E fizeram-se estas coisas grandiosas! [...] Arrotearam-se, lavraram-se os campos, deu-se trabalho a milhares de braços. [...] A terra, abençoada por Deus, retribuiu-nos em duplicado o que lhe entregamos [...].

Acabara a sesta. O pessoal, alegre e bem-disposto, voltava para o trabalho. A esposa, acompanhada das crianças, regressou a casa. Francisco ergueu-se. Ia para a labuta também. Vendo-o ir, a assobiar uma cançoneta, o tio Manuel murmurou:

– Abençoado seja aquele que sonhou um dia este sonho divino... Abençoados todos aqueles que deram o seu esforço, por mais humilde, para que o Portugal de hoje seja um Portugal tão grande ou maior do que aquele que ensinou ao mundo que o mar não era um abismo...

* Capela.

Documento 2

Expansão territorial da Alemanha (de janeiro de 1935 a março de 1939)



- Alemanha, incluindo a Prússia Oriental
- Integração do Sarre (1935)
- Remilitarização da Renânia (1936)
- Anexação da Áustria (março de 1938)
- Anexação da região dos Sudetas (setembro de 1938)
- Estabelecimento dos protetorados da Boémia e Morávia (março de 1939)
- Outras anexações (março de 1939)

Documento 3

Vítimas do campo de concentração de Auschwitz (1940-1945)

(dados aproximados)

Categoria	Total	Deportados	Registados*	Mortos
Judeus		1 100 000	200 000	1 000 000
Prisioneiros políticos, na sua maioria polacos		140 000 a 150 000	140 000	70 000 a 75 000
Ciganos		23 000	23 000	21 000
Prisioneiros soviéticos		15 000	12 000	14 000
Outros (criminosos comuns, homossexuais, testemunhas de Jeová, etc.)		25 000	25 000	10 000 a 15 000

* A maioria dos recém-chegados, definidos pelos médicos da SS como inaptos para o trabalho (doentes, idosos, mulheres grávidas, crianças), era assassinada de imediato e não constava do registo do campo.

**Concurso promovido pelo Plano Marshall,
com o tema *Cooperação Intereuropeia* – cartaz alemão (1950)**



Tradução:

ERP
[Programa de Recuperação
Europeia – Plano Marshall]

Cooperação intereuropeia
para um melhor nível de vida

1. Explícite três dos elementos, refletidos no documento 1, que evidenciam o carácter conservador do Estado Novo.

2. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

A Europa Ocidental e Central: dos regimes totalitários na década de 1930 às opções políticas e económicas no segundo pós-guerra.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos de referência:

- enquadramento de massas e aparelho repressivo nos regimes totalitários;
- carácter nacionalista e imperialista do regime nazi;
- caminhos da cooperação do segundo pós-guerra a 1960.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Odette de Saint-Maurice, «O sonho do “Chico”», in *O Canto da Mocidade*, Lisboa, Edições «EPEL», 1938, pp. 19-29 (adaptado)

Doc. 2 – In http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/map.cfm?map_id=2884 (consultado em 09/12/2013) (adaptado)

Doc. 3 – In http://pl.auschwitz.org/m/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=278&Itemid=84 (consultado em 09/12/2013) (adaptado)

Doc. 4 – In <http://library.marshallfoundation.org/posters/library/posters/marshall.php> (consultado em 16/12/2013)

GRUPO IV

PORTUGAL: DO ESTABELECIMENTO DA DEMOCRACIA À INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Documento 1

A opção europeia – perspectiva de Álvaro Cunhal (1980)

É uma visão idílica imaginar que o Mercado Comum é uma associação de países ricos filantrópicos prontos a «ajudar» os países mais atrasados. [...] Os países do Mercado Comum defendem os seus interesses próprios e a esses interesses estão prontos a sacrificar os interesses dos outros países. Quando defendem ou admitem o alargamento do Mercado Comum a Portugal, Espanha e Grécia, não é para ajudarem os países que estão fora, mas para que a entrada desses países sirva os interesses dos nove que já lá estão dentro.

[...] Procuram apresentar o Mercado Comum como uma zona de desenvolvimento, de progresso, de bem-estar e de pleno emprego. Em vez de desenvolvimento harmonioso, equilibrado e progressivo, acentua-se a desigualdade do desenvolvimento, a estagnação, a recessão em importantes sectores e a queda progressiva da taxa de desenvolvimento geral. [...]

Com os problemas existentes no Mercado Comum, a integração de Portugal faria pesar sobre o nosso país numerosos fatores da crise [...]. O Mercado Comum procuraria fazer estagnar, submeter, absorver ou liquidar sectores da economia portuguesa concorrentes com os sectores em crise no Mercado Comum [...] e procuraria apropriar-se dos recursos portugueses. Uma tal associação em termos de desigualdade e sem reciprocidade de vantagens não interessa a Portugal. Por isso mesmo estamos contra. [...] Nós, comunistas, não aceitamos que as decisões acerca dos problemas nacionais caibam ao imperialismo, caibam ao estrangeiro.

Quanto mais se aprofunda o estudo e a análise, mais se fortalece a certeza de que a integração de Portugal [...] representaria a [...] restauração dos monopólios.

Documento 2

A opção europeia – perspectiva de Mário Soares (1985)

Para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e de modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos portugueses, embora lhes abra simultaneamente largas perspectivas de desenvolvimento. Por outro lado, constitui a consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa, iniciado com a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, e igualmente da descolonização que se lhe seguiu, feita com atraso de vinte anos em relação aos outros países europeus [...].

A tarefa primordial que nos ocupará a partir de agora será a de reduzirmos cada vez mais a distância que ainda nos separa dos países desenvolvidos da Europa, criando para os portugueses padrões de vida e de bem-estar verdadeiramente europeus. [...] Principais beneficiários da integração europeia, os jovens terão agora de saber mobilizar-se para a grande tarefa nacional do desenvolvimento e da modernização, por forma a que Portugal venha a ser não só terra de liberdade, de convivência cívica e de tolerância, mas também um espaço de prosperidade, de desenvolvimento científico e tecnológico e de justiça social. Honro-me de ter sido quem assinou, em nome do governo da República, o pedido de adesão de Portugal à CEE, em março de 1977. [...] Nas mãos [...] de todos os portugueses [...] está o futuro de Portugal, para cuja construção não faltarão, a partir de agora, os estímulos e as ajudas necessárias. Não estamos mais isolados. A solidariedade europeia não nos faltará, como hoje aqui ficou comprovado com a presença de qualificados representantes de todos os Estados da Comunidade.

1. Explique, a partir do documento 2, três das transformações políticas do regime decorrentes da «Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974».
2. Associe cada um dos elementos presentes na Coluna A, relativos à ação de diferentes personalidades nos anos de 1974 a 1976, ao respetivo nome, que consta da Coluna B.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes. Utilize cada letra e cada número apenas uma vez.

COLUNA A	COLUNA B
<p>(a) Estratega do movimento do 25 de Abril, foi comandante do COPCON, força militar ligada à extrema-esquerda e defensora do poder popular.</p> <p>(b) Militar afeto à ala moderada das forças armadas, teve um papel relevante na neutralização do golpe de 25 de Novembro, sendo eleito presidente da República em 1976.</p> <p>(c) Presidente da República após o 25 de Abril, demite-se em divergência com o MFA, tendo encabeçado o golpe fracassado de 11 de Março de 1975.</p> <p>(d) Líder de um grupo de nove oficiais do Conselho da Revolução, exigiu, no «verão quente» de 1975, o fim da partidarização do MFA pelos sectores radicais.</p> <p>(e) Militar e primeiro-ministro de quatro governos provisórios, apoiou o processo de nacionalizações, a reforma agrária e o salário mínimo.</p>	<p>(1) António Ramalho Eanes</p> <p>(2) Álvaro Cunhal</p> <p>(3) António de Spínola</p> <p>(4) Vasco Gonçalves</p> <p>(5) Mário Soares</p> <p>(6) Adelino da Palma Carlos</p> <p>(7) Otelo Saraiva de Carvalho</p> <p>(8) Ernesto Melo Antunes</p>

3. Compare as duas perspetivas acerca da opção europeia, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três dos aspetos em que se opõem.

FIM

Identificação das fontes

Doc. 1 – Intervenção de Álvaro Cunhal na conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum» (Porto, 31 de maio de 1980), in www.omilitante.pcp.pt/pt/322/alvaro_cunhal_centenario/766/ (consultado em 02/12/2013) (adaptado)

Doc. 2 – «Discurso de Mário Soares por ocasião da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 12 de junho de 1985)», in www.cvce.eu/content/publication/2001/10/22/0681895a-4ad6-4444-94fc-63304c0f6f4a/publishable_pt.pdf (consultado em 04/12/2013) (adaptado)

Página em branco

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	20 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
	<hr/>
	30 pontos

GRUPO II

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
	<hr/>
	20 pontos

GRUPO III

1.	30 pontos
2.	50 pontos
	<hr/>
	80 pontos

GRUPO IV

1.	30 pontos
2.	10 pontos
3.	30 pontos
	<hr/>
	70 pontos

TOTAL **200 pontos**